

PETIÇÃO Nº 12.572 - BA (2019/0047228-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : BRUNA CUNHA RIBEIRO
REQUERENTE : MILENA CUNHA RIBEIRO
REQUERENTE : JAIME ALVES RIBEIRO FILHO
REQUERENTE : MARIA DO CARMO SOUZA CUNHA RIBEIRO
ADVOGADO : EMANOEL SILVA ANTUNES - PE035126
REQUERIDO : LIVIA MARIA MARTINS DE SENA RIBEIRO

DECISÃO

Cuida-se de petição, manejada por BRUNA CUNHA RIBEIRO E OUTROS, objetivando à atribuição de efeito suspensivo a recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. ACORDO HOMOLOGADO. TERMOS EXPRESSOS ASSINADOS EM AUDIÊNCIA. MERO ARREPENDIMENTO. INSURGÊNCIA INDEVIDA. REMOÇÃO DA INVENTARIANTE. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE INCIDENTE PROCESSUAL. DECISÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO. EXTRA PETITA I.

Inicialmente, no que diz respeito à homologação judicial, por mais que a parte final do termo de audiência tenha consignado a respeito apenas do reconhecimento e dissolução da união estável, percebe-se que, de fato, os demais pontos debatidos naquela oportunidade também fizeram parte do acordo.

II. Noutro ponto, sobre a remoção da inventariante, com fundamento no art. 622, IV, do CPC, esta deve ser requerida em autos apartados, formando-se um incidente processual, como determina o art. 623, parágrafo único, daquele código.

III. Para mais, também sem razão a tese de configuração do decisum como extra petita, uma vez que houve requerimento expresso da inventariante para nomeação de administrador judicial e a quebra do sigilo das empresas.

Nas razões do presente petitório (fls. 03/20, e-STJ), afirmam os requerentes que o acórdão recorrido violou o artigo 843 do Código Civil ao realizar interpretação extensiva da transação realizada entre as partes, no âmbito de ação de inventário, declarando que sua intenção era celebrar acordo integral quando na verdade abrangia apenas o reconhecimento e dissolução de união estável mas não a titularidade e partilha dos bens do *de cujus*. Aduzem, ainda, que *"não haveria como realizar uma transação judicial haja vista a existência de ações anulatórias de propriedade, bem como a discussão da existência de bens de terceiros, o que torna juridicamente impossível realizar uma coisa julgada material"*.

Requerem, por fim, a concessão de medida liminar para que *"seja atribuído efeito suspensivo ao acórdão ora combatido proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ-BA, como também a decisão de fls. 646/649 do processo principal"*.

É o relatório.

Decido.

A presente medida deve ser indeferida, porquanto não verificados os requisitos autorizadores.

1. Inicialmente, conforme o artigo 300 do CPC/15 e a jurisprudência desta Corte Superior, a tutela provisória de urgência será concedida caso o magistrado, ainda que em juízo sumário, verifique a plausibilidade da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real. Assim, para a concessão do efeito suspensivo ao recurso especial, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR - EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA CONCOMITANTE DOS CORRELATOS REQUISITOS. INSURGÊNCIA DOS REQUERENTES. 1. A despeito da possibilidade de concessão de efeito suspensivo a recurso especial por meio de medida cautelar originária, tal pretensão apenas tem lugar quando presentes os seguintes requisitos: (a) **plausibilidade dos fundamentos da insurgência, correspondente à demonstração de sua admissibilidade e a probabilidade de êxito, segundo a jurisprudência desta Corte; e, (b) prova do perigo concreto a justificar seu deferimento.**[...] (AgRg na MC 23.849/SP, Rel Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 26/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PRETENSÃO SATISFATIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. RECURSO DESPROVIDO. 1. O uso da cautelar no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro, [...]. **2. Não se antevê, assim, a presença concomitante dos requisitos autorizadores da medida assecuratória, fumus boni iuris e periculum in mora, o que obsta seu seguimento no âmbito desta Corte.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na MC 24.951/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 05/02/2016)

Em sede de juízo de cognição sumária, tem-se que os requerentes não lograram êxito em demonstrar, nos termos acima exigidos, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência ora almejada.

1.1. Com efeito, nas razões da presente petição (fls. 03/20, e-STJ), os requerentes **sequer buscaram demonstrar a existência de *periculum in mora*, não apontando qual o risco de dano irreparável que justificaria a concessão de medida liminar**, o qual, de todo modo, não se vislumbra na hipótese dos autos.

Aliás, é assente nesta Casa que o prosseguimento da execução do julgado em si, não encerra, propriamente, perigo de ineficácia do provimento jurisdicional perseguido por meio do recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS LEGAIS. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN

MORA. AUSÊNCIA.

- A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do *fumus boni juris*, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.

- a execução provisória de elevado valor, por si só, não constitui, isoladamente, o periculum in mora exigido para a concessão de efeito suspensivo ao seu recurso especial, até mesmo porque esse procedimento possui mecanismos próprios para evitar prejuízos ao executado. Precedentes.

- Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no TP 28/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 21/02/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR - EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA CONCOMITANTE DOS CORRELATOS REQUISITOS.

INSURGÊNCIA DOS REQUERENTES.

1. Em que pese os argumentos delineados, consistentes na probabilidade de êxito do recurso especial, o requerente não logrou êxito em demonstrar a presença concomitante do *periculum in mora*, notadamente porque o prosseguimento da execução do julgado, no bojo do cumprimento de sentença, em si, não encerra, propriamente, perigo de ineficácia do provimento jurisdicional perseguido por meio do recurso especial.

1.1. O risco de dano apto a lastrear a presente medida, analisado objetivamente, deve revelar-se real e concreto, não sendo suficiente, para tal, a mera conjectura de riscos, tal como delineado pelo requerente em suas razões, (...).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg na MC 24.065/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 26/08/2015)

Nesse contexto, afasta-se, neste momento processual, a possibilidade de concessão da tutela cautelar pleiteada. Isso porque, sem a demonstração do perigo concreto, já há fundamento bastante ao indeferimento da tutela almejada, não se fazendo necessárias digressões em relação ao *fumus boni iuris*.

Veja-se precedente:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO INCIDENTAL DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA DE URGÊNCIA QUE OBJETIVA A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS. 1. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do *fumus boni juris*, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional. 2. **A ausência do "periculum in mora" basta para o indeferimento do pedido, sendo, portanto, desnecessário apreciar a questão sob a ótica do "fumus boni juris", que deve se fazer presente cumulativamente.** 3. Agravo interno não provido. (AgInt na TutPrv no REsp 1342640/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 14/11/2016)

1.2. Ainda que assim não fosse, quanto à alegação de que o acórdão recorrido violou o artigo 843 do Código Civil ao realizar interpretação extensiva da

transação realizada entre as partes, a Corte local expressamente consignou, *in verbis*:

1.No que diz respeito à homologação judicial, os agravantes sustentam que esta ocorreu tão somente em relação ao reconhecimento e dissolução da união estável, não atingindo, portanto, a discussão do acervo patrimonial do inventário.

Ocorre que, por mais que a parte final do termo de audiência tenha consignado a respeito apenas do reconhecimento e dissolução da união estável, **percebe-se que, de fato, os demais pontos debatidos naquela oportunidade também fizeram parte do acordo, como se nota do seguinte trecho:**

“Aberta a audiência pelo MM Juiz foi dito que as partes celebram acordo parcial nos seguintes termos:

[...]” (fl. 110).

Dessa forma, nota-se que a intenção das partes, que assinaram os termos ali consignados, era de acordar a respeito das cláusulas ali constantes. Se a intenção fosse de apenas estabelecer o reconhecimento e dissolução da união estável, não haveria razão fazer constar todas as demais especificidades daquele acordo.

Além disso, na manifestação de fls. 113/117, os recorrentes formularam pedido de revisão dos termos do acordo tão somente sob o fundamento da convivência desarmoniosa da inventariante com os demais herdeiros, o que, a toda evidência, não é motivo suficiente para tanto. **O que se percebe, portanto, é o mero arrependimento dos insurgentes, conduta que não de coaduna com a boa-fé.**

Destarte, deveriam ter os agravantes recorrido, naquela oportunidade, se insurgindo a respeito da homologação do acordo firmado, o que não fizeram.

[grifou-se]

Dessa forma, **em um exame perfunctório**, verifica-se que a pretensão dos recorrentes esbarra na Súmula 7 desta Corte, pois, para seu acolhimento, seria necessária a incursão nos elementos fático-probatórios da demanda e o exame do acordo entabulado entre as partes.

Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
INDENIZATÓRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL.
COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR. PRETENSÃO JULGADA
IMPROCEDENTE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
SÚMULA Nº 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. RECURSO
EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ.
REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. COMPOSIÇÃO
EXTRAJUDICIAL. EFICÁCIA.

[...]

5. Alterar as conclusões do acórdão, no sentido de que válida a quitação extrajudicial, da forma pretendida pela recorrente, demandaria a análise das circunstâncias fático-probatórias dos autos, procedimento inviável no recurso especial em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.

6. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a quitação plena e geral, para nada mais reclamar a qualquer título, constante de acordo extrajudicial deve ser presumida válida e eficaz, desautorizando

investida judicial para ampliar verba indenizatória anteriormente aceita e recebida. Precedentes.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1316610/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

2. Do exposto, com fulcro no artigo 288 do Regimento Interno do STJ c/c artigo 1.029, § 5º, inciso I, do CPC/2015, **indefiro** a pretensão cautelar deduzida por meio da presente petição.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator

